



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DE SANTA CATARINA II CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA TÉCNICO

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso ou Processo Seletivo.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 70 (setenta) questões;
 - refere-se ao **cargo** para o qual realizou a inscrição e ao seu **nome**;
 - **apresenta o mesmo tipo de prova informado no canto superior esquerdo desta capa e no canto inferior direito da grade de resposta.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Instrução: As questões de números 01 a 18 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Nasce a geração centenária

01 O historiador grego Heródoto descreveu-a, o homem medieval contou histórias a seu
02 respeito e o explorador espanhol Ponce de León a teria procurado na Flórida no século 15. A
03 fonte da juventude, capaz de curar todos os males e fornecer o vigor físico da melhor época da
04 vida, nunca passou de um mito, é claro, mas sua presença em diferentes culturas e épocas
05 históricas representa um dos maiores desejos da humanidade: uma panaceia com o poder de
06 garantir a vida eterna. Um remédio único está bem distante da realidade, mas os efeitos práticos
07 dessa busca são palpáveis: estamos prolongando cada vez mais nossa presença na Terra.

08 No começo do século 19, alguém que passasse dos 35 anos já seria considerado sortudo.
09 Em apenas 150 anos, a expectativa de vida no mundo quase dobrou, marcando 62 anos em
10 1950. De lá para cá, o número cresce aceleradamente. Agora um novo conjunto de descobertas
11 e técnicas que começam ___ despontar em empresas, startups e universidades — como remédios
12 que tratam apenas as células doentes, edição genética, robótica e inteligência artificial — nos
13 levará a um capítulo inédito na história: até o final deste século, segundo dados da ONU
14 divulgados recentemente, o mundo terá mais de 21 milhões de pessoas com 100 anos ou mais,
15 e o Brasil ampliará ___ sua população de centenários em mais de 110 vezes, para mais de 1,5
16 milhão. Com as novas tecnologias, os bebês **que** nascem agora viverão cada vez mais e
17 chegarão ___ velhice cada vez mais saudáveis.

18 O desenvolvimento de novos medicamentos terá um papel importante na criação dessa
19 geração centenária. “Com o volume de novas tecnologias que estão por vir, seremos mais
20 efetivos no tratamento de doenças e na redução de complicações médicas”, afirma Felipe
21 Marques Gonçalves, da farmacêutica americana AbbVie. As razões para o otimismo estão em
22 evidências históricas. Em 1900, nos Estados Unidos, casos comuns de diarreia correspondiam
23 ___ terceira causa de morte humana. É algo impensável nos dias atuais, com antibióticos
24 disponíveis em qualquer farmácia. Estudos internacionais mostram **que**, de 1986 a 2000, 40%
25 do aumento da expectativa de vida ocorreu em razão de remédios inovadores, **que** diminuíram
26 em 33% a taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares e foram responsáveis por 83% do
27 aumento do tempo de vida dos pacientes com câncer.

28 O caminho para a longevidade passa, portanto, por uma alteração radical da medicina. “O
29 hospital do futuro terá cada vez mais modelos preditivos com inteligência artificial para o
30 diagnóstico e para o tratamento”, afirma Enrico de Vettori, sócio das áreas de *life science* e
31 *healthcare* da consultoria Deloitte.

32 A questão será, portanto, sobre como envelhecer com a melhor qualidade de vida possível.
33 Até 2100, a população mundial com 65 anos ou mais deverá corresponder a 22,3% do total.
34 Atualmente, a terceira idade representa 8,5% dos 7,6 bilhões de habitantes do planeta. Isso
35 acarretará mudanças profundas na sociedade. Os regimes de Previdência precisarão ser revistos,
36 assim como a infraestrutura das cidades. A mobilidade é um aspecto-chave da qualidade de vida
37 das pessoas mais velhas. “No geral, embora seja provável que vivamos mais anos com alguma
38 deficiência, isso se dará com uma deficiência leve e moderada, e não com uma deficiência grave”,
39 afirma Karen Glaser, diretora do King’s College de Londres.

40 A multinacional de engenharia Arup, em relatório recente sobre o tema, lembra que os
41 serviços relacionados ao transporte deverão ser planejados e entregues tendo em mente que os
42 mais velhos necessitam de ambientes que compensem suas mudanças físicas. Pode parecer
43 óbvio, mas sem a infraestrutura adequada será mais difícil manter ___ população idosa
44 economicamente ativa. Mais da metade dos jovens em 18 países pensa em parar de trabalhar
45 depois dos 65 anos. Uma parcela de 14% pretende se aposentar entre 75 e 79 anos, segundo
46 dados do Oxford Institute of Ageing. Para boa parte desses idosos do futuro, ainda sobriam
47 40 anos ou mais de aposentadoria. Tempo suficiente para colocar os pés para o alto, aproveitar
48 ___ vida, curtir os tataranetos e esperar a morte chegar — talvez com quase 150 anos.

(Fonte: Flávia Furlan e Rafael Kato – Revista Exame – 22/11/2017 – adaptação)

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 11, 15, 17, 22, 43 e 47, levando em conta a necessidade, ou não, do uso da crase.

- A) a – a – à – à – a – a
- B) à – à – a – a – à – a
- C) a – à – à – à – a – a
- D) à – a – à – a – à – à
- E) a – a – a – à – a – à

QUESTÃO 02 – Em relação à ocorrência da palavra **a** no primeiro período do texto (I.01 a 02), avalie as afirmações que seguem:

- I. Em todas as três ocorrências, a palavra **a** pertence à mesma classe gramatical.
- II. Somente em duas ocorrências, a palavra **a** refere-se à informação que a precede.
- III. O referente de duas ocorrências da palavra **a** é indispensável à compreensão da ideia veiculada no período.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 03 – Em relação à seguinte frase retirada do texto: '*uma panaceia com o poder de garantir a vida eterna*', analise as seguintes assertivas:

- I. O vocábulo *panaceia*, de origem latina, poderia ser substituído por *verdadeira revolução*, mantendo-se o sentido original.
- II. Sobre a palavra *panaceia*, pode-se afirmar que está grafada sem o acento gráfico em virtude do Acordo Ortográfico vigente.
- III. A expressão *de garantir a vida eterna* poderia ser substituída por *garantisse a vida eterna*, mantendo-se a correção gramatical.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 04 – Considere as seguintes propostas de substituição de elementos textuais:

- I. O vocábulo *mas* (I.06), uma conjunção coordenativa adversativa, introduz uma frase cuja informação se opõe ao que estava sendo dito no mesmo período; a substituição dessa conjunção por *porém* não implicaria erro à frase.
- II. Na linha 37, *conquanto* substituiria adequadamente *embora*, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.
- III. Na última linha do texto, o conectivo *e*, denominado conjunção coordenativa, marca uma relação semântica de adição entre orações sintaticamente independentes.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 05 – Analise as assertivas abaixo, relativamente às ocorrências da palavra *que* no texto, bem como as afirmações que a seguem.

- I. No período que inicia na linha 16, a palavra *que* exerce a função de sujeito da oração adjetiva.
- II. Na frase da linha 25, caso suprimíssemos a vírgula que antecede o pronome *que*, não se alteraria a classificação da oração adjetiva.
- III. Na linha 24, a palavra *que*, que funciona como conjunção integrante, introduz uma oração subordinada.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa correta relativamente à análise das formas verbais de frases que compõem o primeiro parágrafo do texto.

- A) A forma verbal *contou* está na voz ativa.
- B) *teria procurado* seria correta e adequadamente substituída por *procurariam*.
- C) *passou*, no contexto, é transitivo direto.
- D) *um dos maiores desejos da humanidade* funciona como sujeito da forma verbal *representa*.
- E) A forma verbal *está* pode ser apassivada.

QUESTÃO 07 – Analise as assertivas seguintes:

- I. Caso o pronome indefinido *alguém* (l.08) fosse substituído por *todos*, alterar-se-iam outros quatro vocábulos visando à correção do período.
- II. A supressão de *O desenvolvimento de* (l.18) implicaria apenas a adequação da forma verbal do período, desconsiderando-se questões de sentido.
- III. A troca de *questão* (l.32) por *dilema* não acarretaria alteração na estrutura da frase.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 08 – Sobre os mecanismos de coesão no texto, avalie as afirmações abaixo:

- I. No primeiro período do texto, *O historiador grego Heródoto, o homem medieval e o explorador espanhol Ponce de León* representam um mecanismo de coesão denominado *substituição*.
- II. Na linha 26, imediatamente antes de *foram responsáveis*, identifica-se a elipse do sujeito.
- III. Na linha 38, o pronome demonstrativo *isso* retoma informação já veiculada.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 09 – Sobre o uso de pontuação no texto, considere as assertivas que seguem, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Os dois-pontos da linha 05 têm a função de introduzir uma oração adjetiva explicativa.
- () A segunda vírgula da linha 09 marca a ocorrência de uma oração fragmentada.
- () Na linha 11, imediatamente após o vocábulo *técnicas*, dever-se-ia colocar uma vírgula, visto que, naquele contexto, identifica-se a ocorrência de frases siamesas.
- () As vírgulas que separam a conjunção *portanto* (l.28 e 32) justificam-se pela mesma regra.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V – V.
- B) V – V – V – F.
- C) F – F – F – V.
- D) F – V – F – V.
- E) V – F – V – F.

QUESTÃO 10 – Avalie as seguintes propostas de substituição de formas verbais no texto:

- I. A substituição de *estamos prolongando* (l.07) por *prolonga-se* mantém, correta e adequadamente, o sentido e a estrutura do fragmento.
- II. *Ultrapassasse* substituiria, adequada e corretamente, *passasse* (l.08), mantendo a correção do período.
- III. Na linha 35, o uso do verbo *implicar* no lugar de *acarretar* mantém a correção gramatical.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 11 – Considere as seguintes propostas de reescrita da seguinte frase do texto:

“Com o volume de novas tecnologias que estão por vir, seremos mais efetivos no tratamento de doenças e na redução de complicações médicas”, afirma Felipe Marques Gonçalves, da farmacêutica americana AbbVie”.

- I. Felipe Marques Gonçalves, da farmacêutica americana AbbVie, afirmou que, com o volume de novas tecnologias que estão por vir, seremos mais efetivos no tratamento de doenças e na redução de complicações médicas.
- II. Felipe Marques Gonçalves, da farmacêutica americana AbbVie, afirma que, com o volume de novas tecnologias que estão por vir, seremos mais efetivos no tratamento de doenças e na redução de complicações médicas.
- III. Afirmou Felipe Marques Gonçalves, da farmacêutica americana AbbVie, que, com o volume de novas tecnologias que estão por vir, o homem será mais efetivo no tratamento de doenças e complicações.

Quais das assertivas acima estão gramaticalmente corretas e mantêm o sentido original?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 12 – Sobre a frase do texto: *De lá para cá, o número cresce aceleradamente* (l.10), afirma-se que:

- I. É possível inferir que, antes do momento a que se refere a frase, havia crescimento.
- II. A expressão *De lá para cá* está relacionada ao tempo informado na frase que a antecede.
- III. O advérbio *aceleradamente* não pode ser suprimido, apesar de ser considerado um termo acessório, sob pena de alterar o sentido da frase.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 13 – Considere as afirmações que seguem, assinalando V, se verdadeiro, ou F, se falso.

- () *Apenas o lenitivo* substituiria adequadamente *Um remédio único* (l.06) sem provocar qualquer alteração semântica.
- () *consoante* substituiria correta e adequadamente *segundo* (l.13).
- () A supressão do advérbio *mais* nas ocorrências das linhas 43 e 44 manteria o sentido original.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) V – F – F.
- C) F – F – V.
- D) F – V – F.
- E) F – F – F.

QUESTÃO 14 – Qual das seguintes alternativas mantém o sentido original da última frase do texto?

- A) Tempo suficiente para colocar-se os pés para o alto, aproveitar-se __ vida, curtir os tataranetos, esperando a morte chegar — talvez com quase 150 anos.
- B) Tempo suficiente para que se coloquem os pés para o alto, se aproveite __ vida, se curtam os tataranetos e se espere a morte chegar — talvez com quase 150 anos.
- C) Tempo suficiente para os pés se colocarem no alto, aproveitar-se __ vida, curtir os tataranetos e esperar-se a morte chegar — talvez com quase 150 anos.
- D) Tempo suficiente para colocar os pés irem para o alto, para __ vida ser aproveitada com a curtição dos tataranetos e esperar a morte chegar lá nos 150 anos.
- E) Tempo suficiente a fim de colocar os pés para o alto e aproveitar __ vida, conforme se curtir os tataranetos e espera a morte chegar — talvez com quase 150 anos.

QUESTÃO 15 – Sobre a palavra *impensável*, retirada do texto, afirma-se que:

- I. Tem mais letras que fonemas, em virtude da ocorrência de dois dígrafos vocálicos.
- II. É acentuada por ser paroxítona terminada em */*.
- III. Possui um prefixo e um sufixo.
- IV. Possui dois encontros consonantais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 16 – Sobre a linguagem utilizada no texto, afirma-se que:

- I. Na frase *os efeitos práticos dessa busca são palpáveis* (l.06 e 07), o autor utilizou a linguagem denotativa, em especial no que se refere ao adjetivo *palpáveis*.
- II. Ao utilizar as expressões *edição genética, robótica e inteligência artificial* (l.12), o autor tem a intenção de trazer termos próprios de uma área eminentemente técnica – o dito jargão profissional.
- III. A linguagem predominante no texto é a denotativa.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 17 – Sobre os dados numéricos do texto e suas considerações, analise as assertivas que seguem, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () No século 19, somente aqueles que chegassem aos 62 anos eram considerados sortudos.
- () No Brasil, assim como no restante do mundo, haverá mais de 21 milhões de pessoas com mais de 100 anos.
- () Entre os anos de 1986 e 2000, em torno de um terço das pessoas que tiveram doenças do coração perderam a vida.
- () Hoje, dos 7,6 bilhões de habitantes do planeta, menos de 10% têm 65 anos ou mais, panorama que sofrerá mudança substancial até 2100, atingindo um patamar maior que o dobro desse índice.

A ordem correta de preenchimentos dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – V.
- B) V – V – V – F.
- C) F – V – F – V.
- D) V – F – V – F.
- E) V – V – F – F.

QUESTÃO 18 – De acordo com o texto, afirma-se que:

- I. Alcançar a longevidade é histórico; hoje já se percebe que a vida do homem no planeta depende quase que exclusivamente de combate que se fez e se continuará fazendo às doenças.
- II. Curar os males e garantir o vigor físico são preocupações do homem desde muito tempo, preocupação percebida desde o século 15, quando se deu suprema importância à busca pela fonte da juventude.
- III. O aumento da longevidade no futuro é fato relacionado aos avanços médicos, tecnológicos e farmacêuticos. Haverá, no entanto, consequências sociais.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Para responder às questões 19 a 21, considere o uso do sistema operacional Windows 10 Pro, editor de textos Word 2013 e editor de planilhas eletrônicas Excel 2013, todos utilizando o idioma português, país Brasil e o mouse configurado para destro. Quando for utilizada alguma palavra ou expressão entre aspas duplas significa que apenas o que está entre as aspas deve ser considerado (as aspas servem apenas para enfatizar).

QUESTÃO 19 – Suponha que ao abrir o “Explorador de Arquivos” e ao entrar em “Este Computador”, você verifique duas partições de disco (unidades “C:” e “E:”), além de um drive de DVD-RW (“D:”). Ao clicar com o botão direito do mouse sobre “C:” aparece um menu e uma das opções é “Ligar BitLocker”. Isso significa que:

- A) As unidade “C:” e “E:” estão criptografadas, porém sem senha. A senha única poderá ser habilitada através do “BitLocker”.
- B) As unidade “C:” e “E:” estão criptografadas, porém sem senha. A senha poderá ser habilitada, individualmente, através do “BitLocker”.
- C) A unidade “C:” não está criptografada e poderá ser criptografada através do “BitLocker”.
- D) A unidade “C:” não está criptografada e não poderá ser criptografada através do “BitLocker”.
- E) A unidade “C:” está criptografada, porém sem senha. A senha poderá ser habilitada através do “BitLocker”.

QUESTÃO 20 – Suponha que há oito janelas abertas e você deseja trocar de janela utilizando apenas o teclado. Tal operação é possível através da seguinte sequência:

- A) Pressionar concomitantemente as teclas “Alt” e “F4” até mostrar a janela desejada.
- B) Pressionar concomitantemente as teclas “Shift” e “F4” até mostrar a janela desejada.
- C) Pressionar e manter pressionada a tecla “Ctrl”, pressionar e soltar a tecla “F4” até que a janela desejada seja selecionada, soltar a tecla “Ctrl”.
- D) Pressionar e manter pressionada a tecla “Tab”, pressionar e soltar a tecla “Alt” até que a janela desejada seja selecionada, soltar a tecla “Tab”.
- E) Pressionar e manter pressionada a tecla “Alt”, pressionar e soltar a tecla “Tab” até que a janela desejada seja selecionada, soltar a tecla “Alt”.

QUESTÃO 21 – Para proteger um arquivo com senha no editor de textos Word 2013 deve-se seguir a seguinte sequência:

- A) Na tela “Proteção”, clicar em “Habilitar criptografia”, escolher o algoritmo, digitar a senha e a contrassenha, clicar em “OK”.
- B) Na tela “Proteção”, clicar em “Definir senha”, escolher o tipo de senha, digitar a senha e a resposta padrão, clicar em “OK”.
- C) Na tela “Salvar como”, clicar em “Senha de proteção”, digitar a senha e a contrassenha, clicar em “OK”, clicar em “Salvar”.
- D) Na tela “Salvar como”, clicar em “Opções Gerais”, digitar a senha, clicar em “OK”, redigitar a senha, clicar em “OK”, clicar em “Salvar”.
- E) Na tela “Salvar como”, clicar em “Habilitar criptografia”, digitar a senha e a contrassenha, clicar em “OK”.

QUESTÃO 22 – A certificação digital é utilizada para garantir, de forma eletrônica, a autoria de determinado documento, como por exemplo, o perito responsável por determinado laudo. Um dos componentes da certificação digital é a utilização de criptografia. Diante do exposto, é correto afirmar que, para verificar a assinatura digital de um perito em relação a um laudo pericial emitido por ele, a primeira etapa é a aplicação:

- A) Da chave criptográfica privada do perito.
- B) Da chave criptográfica pública do perito.
- C) Da chave criptográfica simétrica de quem quer validar.
- D) De um algoritmo de hash simétrico de tamanho qualquer.
- E) De um algoritmo de hash assimétrico de tamanho mínimo de 128 bits.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 23 – Lucas pretende ajuizar demanda buscando indenização pelos danos materiais causados em seu veículo, em decorrência de acidente de trânsito. Para essas hipóteses, o Código Civil prevê o prazo de prescrição de quantos anos?

- A) Dois.
- B) Três.
- C) Cinco.
- D) Dez.
- E) Vinte.

QUESTÃO 24 – Em relação à mora, no Direito Civil, é INCORRETO afirmar que:

- A) No ato ilícito o devedor é considerado em mora a partir da citação.
- B) Não havendo termo, a mora se constitui por interpelação judicial ou extrajudicial.
- C) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- D) Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la.
- E) A mora do credor subtrai do devedor isento de dolo a responsabilidade pela conservação da coisa.

QUESTÃO 25 – O possuidor de má-fé:

- A) Tem direito de ser ressarcido pelas despesas com as benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.
- B) Tem direito de ser ressarcido pelas despesas com benfeitorias às benfeitorias necessárias e úteis.
- C) Tem direito de levantar as benfeitorias que não forem indenizadas.
- D) Poderá exercer direito de retenção da coisa até ser ressarcido pelo valor das benfeitorias necessárias.
- E) Tem direito de ser ressarcido em relação às benfeitorias necessárias.

QUESTÃO 26 – Juliano, uma pessoa de poucos recursos financeiros, passou a ocupar certo terreno de 300 m² na periferia da cidade, que estava desocupado e sem cuidados. Nele construiu uma casa e passou a residir nela com a sua família, há mais de dez anos. Nessa hipótese, é correto afirmar que Juliano tem em seu favor a ocorrência de:

- A) Usucapião extraordinário.
- B) Usucapião ordinário.
- C) Usucapião especial urbano.
- D) Direito real de aquisição.
- E) Direito real de moradia.

QUESTÃO 27 – No regime da comunhão universal de bens, falecendo um dos cônjuges e possuindo descendentes, a sucessão será deferida:

- A) Ao cônjuge sobrevivente.
- B) Aos descendentes em concorrência com os ascendentes.
- C) Aos descendentes.
- D) Aos ascendentes.
- E) Aos descendentes em concorrência com o cônjuge sobrevivente.

QUESTÃO 28 – De acordo com as regras consumeristas, na contratação de fornecimento de produtos e serviços fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, o consumidor poderá exercer o direito de arrependimento no prazo de quantos dias?

- A) Cinco.
- B) Sete.
- C) Quinze.
- D) Trinta.
- E) Quarenta e cinco.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 29 – Lúcio, que é empregado de Jorge, vendeu à Carla determinado maquinário que estava sob os seus cuidados, mas que pertence ao seu empregador. Carla adquiriu o referido bem desconhecendo tal situação, acreditando que o maquinário comprado pertencia a Lúcio. Posteriormente, Jorge toma conhecimento da venda e propõe demanda judicial em relação à Carla, postulando o bem em questão. Nesse caso, Carla poderá

- A) realizar o chamamento de Lúcio ao processo.
- B) realizar a denunciação à lide de Lúcio.
- C) propor ação de oposição.
- D) propor ação incidental de embargos de terceiro.
- E) chamar Lúcio para intervir como assistente adesivo.

QUESTÃO 30 – Marcio propôs determinada demanda judicial, porém deixou de apresentar documento essencial que deveria acompanhar a petição inicial. Nessa hipótese, o juiz deverá

- A) indeferir de plano a petição inicial.
- B) aplicar a regra do julgamento liminar de improcedência.
- C) extinguir o processo sem julgamento do mérito.
- D) determinar a emenda da petição inicial.
- E) reconhecer a inépcia da petição inicial.

QUESTÃO 31 – Se o juiz, ao receber a petição inicial, deferir o pedido de gratuidade judiciária, o réu poderá:

- A) Impugnar a concessão do benefício em preliminar de contestação.
- B) Interpor recurso de agravo de instrumento.
- C) Interpor incidente de impugnação à concessão do benefício, suspendendo o processo.
- D) Interpor incidente de impugnação à concessão do benefício, que será processado em apartado, sem suspender o processo.
- E) Impugnar a concessão do benefício por petição própria.

QUESTÃO 32 – No caso dos cônjuges manterem domicílio na mesma cidade em que conviviam maritalmente e não havendo filho incapaz, será competente para a ação de divórcio o local do:

- A) Domicílio da mulher.
- B) Domicílio do marido.
- C) Último domicílio do casal.
- D) Casamento.
- E) Onde estão situados os bens imóveis a serem partilhados.

QUESTÃO 33 – A técnica do recurso adesivo não é cabível:

- A) Na apelação e no agravo de instrumento.
- B) Na apelação e no recurso especial.
- C) Na apelação e no recurso extraordinário.
- D) No recurso especial e no recurso extraordinário.
- E) No agravo de instrumento e no agravo interno.

QUESTÃO 34 – Se o réu, ao contestar a demanda, alegar a sua ilegitimidade passiva, o juiz:

- A) Extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- B) Oportunizará ao réu o redirecionamento da demanda.
- C) Receberá a alegação do réu como nomeação à autoria e chamará ao processo o sujeito indicado por ele na contestação.
- D) Oportunizará ao autor o redirecionamento da demanda.
- E) Promoverá o julgamento antecipado da lide.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 35 – De acordo com o Professor Cezar Roberto Bitencourt, “o Direito Penal regula as relações dos indivíduos em sociedade e as relações destes com a mesma sociedade. (...) a perseguição criminal somente pode ser legitimamente desempenhada de acordo com as normas preestabelecidas, legisladas de acordo com as regras de um sistema democrático. Por esse motivo, os bens protegidos pelo Direito Penal não interessam apenas ao indivíduo, mas à coletividade como um todo”. Tendo por base o pensamento do referido autor, analise as seguintes assertivas:

- I. Uma das principais características do Direito Penal moderno é seu caráter fragmentário, no sentido de que representa a *ultima ratio* do sistema para a proteção daqueles bens e interesses de maior importância para o indivíduo e a sociedade à qual pertence.
- II. Segundo leciona Paulo César Busato, o Direito Penal atua como o instrumento mais contundente de que dispõe o Estado para levar a cabo o controle social. Sua intervenção, portanto, constitui uma violência, por si só, razão pela qual o seu emprego deve dar-se somente e na exata medida da urgente necessidade de preservação da sociedade.
- III. Pode-se afirmar, no tocante aos objetivos e às missões do Direito Penal, que a opinião majoritária considera que a missão do Direito Penal é a de proteger bens jurídicos de possíveis lesões ou perigos, sendo que tais bens devem ser aqueles que permitem assegurar as condições de existência da sociedade, a fim de garantir os aspectos principais e indispensáveis da vida em comunidade.
- IV. Foi Welzel quem tentou atribuir uma dupla missão ao Direito Penal, pois, sem negar a missão de proteção de bens jurídicos, acrescentou-lhe a missão de proteção dos valores elementares da consciência, de caráter ético-social. O que não é admitido pela maioria da doutrina, já que o Direito Penal não deve se ocupar de exercer um controle moral sobre as pessoas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 36 – De acordo com o Professor Luiz Flávio Gomes: “A subtração de um par de chinelos (de R\$ 16,00) vai monopolizar, em breve, a atenção dos onze ministros do STF, que têm milhares de questões de constitucionalidade pendentes. Decidirão qual é o custo (penal) para o pé descalço que subtrai um par de chinelos para subir de grau (na escala social) e se converter em um pé de chinelo. No dia 5/8/14, a 1ª Turma mandou para o Pleno a discussão desse tema. Reputado muito relevante. No mundo todo, a esse luxo requintadíssimo pouquíssimas Cortes Supremas se dão (se é que exista alguma outra que faça a mesma coisa). Recentemente outros casos semelhantes foram julgados pelo STF: subtração de 12 camarões (SC), de um galo e uma galinha (MG), de 5 livros, de 2 peças de picanha (MG), etc. Um homem, em MG, pelo par de chinelos (devolvido), foi condenado a um ano de prisão mais dez dias-multa. Três instâncias precedentes (1º grau, TJMG e STJ) fixaram o regime semiaberto para ele (porque já condenado antes por crime grave: outra subtração sem violência) (...)”. (Disponível em: <<http://http://professorlfg.jusbrasil.com.br/noticias/132988796/plenario-do-stf-vai-julgar-subtracao-de-um-par-de-chinelos>>).

Com base no referido texto, a esses casos descritos, os quais seriam julgados pelo STF, qual princípio limitador do Poder Punitivo Estatal poderíamos aplicar a fim de dar resolução ao caso penal?

- A) Da legalidade e da reserva legal.
- B) Da intervenção mínima.
- C) Da insignificância.
- D) Da adequação social.
- E) Da fragmentariedade.

QUESTÃO 37 – Tendo em vista os Capítulos II e III do Código Penal, os quais se referem às Lesões Corporais e à Periclitacão da Vida e da Saúde, analise as seguintes assertivas:

- I. A incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias é espécie de lesão corporal de natureza grave, sendo que as referidas ocupações não condizem apenas com a atividade laboral exercida pela vítima na ocasião, abrangendo qualquer outra atividade costumeira, moral ou imoral, desde que lícita.
- II. A debilidade permanente de membro, sentido ou função, difere da perda ou inutilização de membro, sentido ou função. A debilidade permanente é lesão corporal de natureza grave, enquanto que a perda ou inutilização é lesão corporal de natureza gravíssima. Se houver, por exemplo, a perda de um único dedo, temos debilidade permanente, mas se houver a perda de uma mão inteira, por exemplo, teremos, então, perda ou inutilização.
- III. Tanto o perigo de vida, espécie de lesão corporal de natureza grave, assim como o aborto, espécie de lesão corporal gravíssima, são preterdolosas, eis que são resultados não desejados pelo agente, o qual tinha dolo em relação à lesão corporal apenas, contando com culpa em relação a esses resultados: perigo de vida e aborto. Nesse sentido, também, a lesão corporal seguida de morte.
- IV. Pode-se asseverar que se o agente ativo, portador de HIV – AIDS, tem por intenção transmitir a sua doença a outrem, poderá responder pelo delito de perigo de contágio de moléstia grave, se o seu dolo se dirigir tão somente à transmissão da doença; poderá responder pelo delito de homicídio ou de tentativa de homicídio, se o seu dolo se dirigir para além da transmissão da doença à morte da vítima; ou, ainda, poderá responder por lesão corporal de natureza gravíssima, se seu dolo se dirigir à produção de ofensa à integridade física ou saúde da vítima, com o resultado enfermidade incurável, ou, ainda, por lesão corporal seguida de morte, acaso essa ocorra, mas o dolo do agente abranja apenas a intenção de lesionar a vítima.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38 – Tendo por base os crimes contra a honra, analise as assertivas a seguir:

- I. As imunidades judiciária, literária, artística ou científica e a funcional são causas especiais de exclusão da ilicitude, sendo que a presença destas faz com que a injúria e a difamação não sejam puníveis.
- II. A retratação, de acordo com o art. 143 do CP, é causa de extinção da punibilidade, quando o querelado, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou difamação.
- III. A injúria qualificada por preconceito é crime contra a honra, de ação penal pública condicionada à representação, sendo crime afiançável e prescritível. Difere-se do chamado crime de racismo, sendo delito de ação penal incondicionada, imprescritível e inafiançável.
- IV. Pode-se afirmar que a injúria qualificada pelo preconceito se traduz em um xingamento contra uma pessoa determinada, xingamento esse relacionado à sua raça, cor, etnia, religião, origem da vítima, ao fato de tratar-se de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Já o delito de racismo, traduz-se em um sentimento em relação à raça como um todo, não atingindo pessoa determinada.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39 – Considerando o disposto na Parte Especial do Código Penal, mais especificamente no tocante aos Crimes contra o Patrimônio, analise as seguintes assertivas:

- I. O crime de furto pode ser qualificado pelo emprego de fraude, entretanto, embora na espécie o agente empregue meio enganoso para iludir a vigilância da vítima sobre a coisa, difere do crime de estelionato, pois neste último não há o ato de subtração.
- II. O crime de roubo pode ser próprio ou impróprio, neste último caso, quando o agente emprega violência ou grave ameaça para subtrair o bem da vítima. Também, o roubo pode ser qualificado, a chamada figura do latrocínio, sendo este crime hediondo apenas quando do resultado morte, caso em que sempre será um crime preterdoloso.
- III. O crime de extorsão difere-se do crime de extorsão mediante sequestro, pois este último é uma forma qualificada de extorsão, sendo que todas as suas formas são consideradas como crimes hediondos, diferentemente do crime de extorsão, onde apenas o resultado morte é que gerará a tipificação de crime hediondo.
- IV. O crime de receptação requer a existência de crime antecedente, sendo que seu sujeito ativo não pode ter sido concorrente desse crime anterior. O crime de apropriação indébita requer dolo posterior e não antecedente à detenção da coisa, pois nesse caso se poderá falar da ocorrência do crime de estelionato.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40 – Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a paz pública.

- A) A incitação ao crime, nos termos do artigo 286 do CP, destina-se ao estímulo de um número indeterminado de pessoas à prática de crime determinado e futuro, sendo que a apologia ao crime e ao criminoso, nos termos do artigo 287 do CP, diz respeito ao delito passado, haja vista que se faz publicamente elogio ou exaltação a fato criminoso ou a autor de crime.
- B) A associação criminosa do artigo 288 do CP pune a associação de 04 ou mais pessoas, as quais se unem, com hierarquia e estabilidade, à prática de diversos crimes.
- C) A constituição de milícia privada, crime do artigo 288-A do CP, é a mesma associação criminosa do artigo 288 do CP, diferenciando-se apenas no número de integrantes.
- D) Tanto a associação criminosa quanto a constituição de milícia privada exigem o número de dois integrantes apenas a sua configuração, sendo irrelevante se a prática de crimes condiz com os previstos no Código Penal ou em Leis Especiais Penais.
- E) A associação criminosa encontra previsão legal na Lei de nº 12.850/2013, a qual definiu organização criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 41 – A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, inciso LVII, assim dispõe: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Em relação ao referido princípio e direito constitucional, analise as seguintes assertivas:

- I. Tal princípio pode ser chamado de princípio da inocência, de não culpabilidade e do estado de inocência, sendo tais expressões sinônimas.
- II. A Constituição Federal, transcreve da mesma forma o referido princípio, tal como estabelecido na Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou Pacto de San Jose da Costa Rica.
- III. Do referido princípio derivam duas regras: uma de natureza probatória e outra de tratamento.
- IV. Considerando a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, pode-se dizer que em nome do referido princípio não se pode permitir a execução provisória da pena.
- V. De acordo com a presunção da inocência, é possível afirmar que ao réu não incumbe o ônus de provar a sua inocência.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas I, III e V.
- D) Apenas II, III e V.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 42 – De acordo com os princípios constitucionais de processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a imparcialidade do Juiz pode ser de natureza subjetiva ou objetiva.
- B) Ao acusado que estiver sob o patrocínio da Defensoria Pública para o exercício de sua defesa, não será estendida a garantia da paridade de armas.
- C) O princípio do contraditório abrange apenas a ciência dos atos processuais no âmbito do procedimento.
- D) A ampla defesa é uma garantia própria do Tribunal do Júri.
- E) Não existe previsão no Código de Processo Penal para o princípio da verdade real.

QUESTÃO 43 – De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Nos termos do Artigo nº 144 da Constituição Federal de 1988, é às Polícias Militares que incumbe a investigação e a apuração das infrações penais.
- B) O inquérito é um procedimento de índole administrativa, de caráter informativo e preparatório da ação penal, podendo ser dispensado pelo representante do Ministério Público.
- C) Não há que se falar na possibilidade de quaisquer outros inquéritos que não seja aquele previsto no Código de Processo Penal, que é o policial.
- D) A oficiosidade diz respeito ao fato de que a autoridade que preside o inquérito policial integra um órgão oficial do Estado.
- E) A oficialidade, no entanto, diz respeito ao fato de que, nos crimes de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial deve atuar de ofício.

QUESTÃO 44 – No que tange à ação penal, analise as assertivas que seguem:

- I. A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor a ação penal privada, tampouco a ação penal privada subsidiária da pública.
- II. O direito de ação é, entre outros, autônomo e abstrato.
- III. São condições da ação para o Código de Processo Penal, embora haja doutrina divergente: a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade de partes.
- IV. Ainda no tocante às condições da ação, a justa causa não é pacificamente aceita pela doutrina como condição da ação, embora o Código de Processo Penal a considere como possível causa de rejeição da denúncia, nos termos do artigo 395.
- V. O delito de ameaça, nos termos do artigo 147 do Código Penal, não exige representação como condição de procedibilidade, eis que não se trata de crime apurável mediante ação penal pública condicionada à representação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I, IV e V.
- C) Apenas III, IV e V.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 45 – Em relação à prova no processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) Todos os meios de prova possíveis em sede de processo penal encontram previsão no Código de Processo Penal.
- B) O Código de Processo Penal prevê a teoria dos frutos da árvore envenenada, a qual não é absoluta.
- C) A serendipidade significa o mesmo que descoberta inevitável ou exceção de fonte hipotética independente.
- D) O interrogatório por videoconferência é a regra para o nosso Código de Processo Penal.
- E) No caso de cumprimento de mandado de busca e apreensão, devidamente autorizado judicialmente, é possível, de acordo com o Código de Processo Penal, proceder-se à apreensão de documento em poder do defensor do acusado, mesmo quando não constitua elemento do corpo de delito.

QUESTÃO 46 – Em relação aos Procedimentos no âmbito do processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) Pode-se afirmar que pelo Código de Processo Penal a definição da categoria do rito comum não terá como parâmetro a pena máxima cominada abstratamente ao crime.
- B) O procedimento sumaríssimo se destina às infrações penais de menor potencial ofensivo, que, em regra, são aquelas cuja pena máxima abstrata não excede dois anos, além das contravenções penais, seguindo os ditames da Lei nº 9.099/1995.
- C) Afirma-se que o procedimento dos crimes afeitos ao Tribunal do Júri é bifásico, contando com uma fase em que se procede ao sumário da culpa e outra na qual se dará o juízo de mérito, mas não se pode dizer que é um procedimento especial, não encontrando amparo no Código de Processo Penal.
- D) No procedimento comum sumário, é possível o requerimento de diligências em sede de audiência de instrução e julgamento, de acordo com o Código de Processo Penal.
- E) A possibilidade de absolvição sumária é possível apenas no procedimento comum ordinário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 47 – Em relação à classificação das constituições, analise as seguintes assertivas:

- I. Quanto à forma, são materiais ou formais.
- II. Quanto ao modo de elaboração, são dogmáticas, históricas ou sistemáticas.
- III. Quanto à estabilidade, podem ser superrígidas, rígidas, flexíveis ou semirrígidas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 48 – Segundo a doutrina majoritária, NÃO deve ser reconhecido(a) como uma característica dos direitos fundamentais:

- A) Historicidade.
- B) Inalienabilidade.
- C) Imprescritibilidade.
- D) Irrenunciabilidade.
- E) Ser absoluto.

QUESTÃO 49 – Quanto à nacionalidade, analise as seguintes assertivas:

- I. São privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas, entre outros expressamente estabelecidos na Constituição Federal.
- II. São brasileiros natos, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da república Federativa do Brasil.
- III. São brasileiros naturalizados, os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50 – Em relação à jurisdição Constitucional, analise as seguintes assertivas:

- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Município, o Distrito Federal ou o Território.
- II. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- III. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 51 – Segundo a doutrina majoritária, quanto ao controle de Constitucionalidade repressivo em relação ao órgão Controlador, analise as assertivas a seguir:

- I. O Político tem como traço essencial o caráter não jurisdicional e sim de índole Política.
- II. O Judiciário ou jurídico é a verificação da adequação (compatibilidade) de atos normativos ou não normativos com a constituição feita pelos órgãos integrantes do poder Judiciário.
- III. O misto é quando a constituição submete certas leis e atos normativos ao controle político e depois ao controle jurisdicional.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 52 – Quanto à Cláusula de reserva do artigo 97 da Constituição Federal, analise as seguintes assertivas:

- I. A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros presentes ao julgamento ou onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de nulidade absoluta do julgamento.
- II. A cláusula de reserva de plenário atua como verdadeira condição de eficácia jurídica da própria declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do poder Público.
- III. A cláusula de reserva de plenário se aplica para todos os tribunais, na via difusa, e para o Supremo Tribunal Federal, também no controle concentrado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 53 – Quanto aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, analise as assertivas a seguir:

- I. No controle difuso, declarada *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, o efeito é *ex tunc* e só tem aplicação para as partes e no processo em que houve a citada declaração.
- II. É possível, excepcionalmente, com base nos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, no caso concreto, a declaração de inconstitucionalidade incidental, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, desde que razões de ordem pública ou social exijam.
- III. Nos termos do artigo 52, inciso X da Constituição da Federal, o Senado poderá editar uma resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, da lei ou ato normativo declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, que terá efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 54** – Assinale a alternativa correta.

- A) Segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, os atos da administração pública de qualquer dos Poderes do Estado obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Os atos administrativos discricionários não podem ser objeto de controle judicial.
- C) A noção de juridicidade da legalidade administrativa entende que o cumprimento da lei é apenas um aspecto do mencionado princípio da legalidade. Tal concepção impõe, adicionalmente ao respeito às leis, o cumprimento dos princípios constitucionais, expressos ou implícitos.
- D) A noção de moralidade administrativa surge, no início do século XX, na obra do autor francês Maurice Hauriou. Contemporaneamente, o princípio em questão, expresso na Constituição Federal de 1988, converge ao imperativo da “boa administração” e se confunde, necessariamente, com a “moral comum”.
- E) O princípio da publicidade, também expresso na Constituição Federal de 1988, permite o conhecimento, o controle e a eficácia dos atos administrativos, sendo ele princípio absoluto, tendo em vista, entre outros fatores, que o mencionado texto constitucional instaurou um Estado democrático e republicano.

QUESTÃO 55 – Sobre o tema dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A anulação dos atos administrativos pressupõe a existência de uma ilegalidade. No caso, a extinção do ato por esta via gerará efeitos *ex nunc*, podendo a nulidade ser declarada, tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário.
- B) Não é possível a revogação de atos administrativos ilegais, vinculados ou que gerem direitos adquiridos.
- C) Há casos em que os atos administrativos não possuem presunção de legitimidade.
- D) Os atos administrativos com defeitos sanáveis poderão ser convalidados, desde que não se evidencie prejuízo a terceiros ou ao interesse público, e não se tenha passado mais de cinco anos contados da data em que os atos foram praticados.
- E) A competência é o conjunto de faculdades que um órgão ou agente público pode legitimamente exercer, em razão, entre outras coisas, do território, da matéria, do grau hierárquico, do tempo, etc. Surge a partir de expressa previsão legal, sendo ela irrenunciável e intransferível.

QUESTÃO 56 – Assinale a alternativa correta.

- A) Um cidadão procura a Defensoria Pública alegando que está sendo processado por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992. Após oferecida defesa preliminar e tendo o assistido sido devidamente citado, o magistrado deverá designar audiência de tentativa de conciliação, para o fim de se tentar compor a demanda por um acordo.
- B) Tomando por base a Lei nº 8.429/1992, caso seja provada que não houve lesão ao erário ou violação aos princípios administrativos, o acusado deverá ser absolvido.
- C) Um cidadão procura a Defensoria Pública alegando que sofreu, há quatro anos, graves danos materiais e morais, advindos de acidente de trânsito causado pela condução negligente de agente público que manjava viatura da polícia civil do Estado de Santa Catarina. Nesse caso, eventual pretensão indenizatória, decorrente desse fato, estaria prescrita.
- D) É possível que o Estado de Santa Catarina institua pagamento de valores para que o cidadão possa acessar bens estaduais de uso comum do povo.
- E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá desapropriar a propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

QUESTÃO 57 – Sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Aplicam-se as disposições da referida Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.
- B) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data da sua produção e variam conforme a classificação atribuída: “ultrassecreta”, com prazo de restrição de até vinte e cinco anos; “secreta”, com prazo de restrição de até quinze anos; e “reservada”, com prazo de restrição de até cinco anos.
- C) O disposto na referida Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.
- D) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- E) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível permitir o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a vinte dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação. O prazo referido poderá ser prorrogado por mais dez dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

QUESTÃO 58 – Considere a seguinte situação: o Estado de Santa Catarina pretende ampliar as vagas do sistema prisional, instalando, para tanto, um novo presídio. Assinale a alternativa correta em relação ao exposto.

- A) A execução da obra poderá se dar pelo regime de empreitada integral, quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- B) Se a licitação foi feita com base na Lei nº 12.462/2011 (que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações – RDC), poderá ser utilizada a contratação integrada, a qual compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, sendo vedada a celebração de termos aditivos aos contratos firmados.
- C) Se a construção do presídio seguir os termos da Lei nº 8.666/1993, e a empresa contratada não executar, total ou parcialmente, aquilo a que se obrigou, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a pena de multa, que não pode ser superior ao valor da garantia prestada.
- D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Estado de Santa Catarina responde solidariamente pela inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas.
- E) O Estado de Santa Catarina poderá optar, no caso, por firmar uma Parceria Público-Privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004. Para tanto, seria possível estabelecer uma concessão administrativa, que é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, desde que o valor do contrato não seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), o período de prestação do serviço não seja inferior a cinco anos e não tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 59 – Analise as assertivas abaixo sobre a responsabilidade solidária entre os entes da federação em matéria de saúde pública e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A falta de regulamentação para o custeio e/ou distribuição em qualquer das esferas da federação impede que se determine judicialmente sua responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos ou tratamentos excepcionais.
- () A competência comum entre os entes federativos resulta na responsabilidade solidária da União, estados, Distrito Federal e municípios para responder pelas demandas de saúde.
- () As meras diretrizes traçadas pelas políticas públicas não são ainda direitos, constituem promessas situadas na esfera insindicável pelo Poder Judiciário.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V.
- B) F – V – F.
- C) V – V – V.
- D) F – F – F.
- E) V – V – F.

QUESTÃO 60 – Analise as assertivas abaixo sobre o que constitui o Meio Ambiente como conjunto de relações e interações que condiciona a vida em todas as suas formas, conforme o Art. 225 da CRFB/1988:

- I. Bem jurídico de tutela específica e autônoma.
- II. Direito de exercício coletivo (art. 129, III, e § 1º), mas também individual assentado na dimensão coletiva e difusa do direito ao meio ambiente sadio.
- III. Direito de terceira geração, alicerçado na fraternidade ou solidariedade.
- IV. Salvaguarda da dignidade da pessoa humana, da funcionalização social e ambiental da propriedade que se liga à própria proteção da vida e da saúde.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 61 – Analise as seguintes assertivas sobre o conceito de direitos ou interesses difusos:

- I. São aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica de base, sendo, portanto, seus titulares determináveis.
- II. São aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. São caracterizados, pois, pela indeterminação dos titulares, pela inexistência de relação jurídica de base, no aspecto subjetivo, e pela indivisibilidade do bem jurídico protegido, no aspecto objetivo.
- III. São aqueles em que os titulares de direitos indivisíveis estão vinculados por uma relação jurídica de base, como, exemplificativamente, pertencerem à mesma agremiação, à mesma profissão. A exigência da presença de todos os interessados transformaria a tutela de massa em litisconsórcio ativo, eliminando-a.
- IV. São entendidos como aqueles interesses individuais de origem comum e que têm 'natureza' coletiva apenas na forma de tutela coletiva.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 62 – Analise as assertivas abaixo acerca da legitimação da Defensoria Pública para propor ação civil pública:

- I. Criada para atender, gratuitamente, cidadãos sem condições de se defender judicialmente, impossível a Defensoria Pública atuar na defesa de interesses coletivos, por meio de ação civil pública.
- II. Constitucional a atribuição da Defensoria Pública em propor ação civil pública.
- III. A legitimação da Defensoria Pública na defesa dos direitos coletivos é coerente com as crescentes demandas sociais de se garantir e ampliar os instrumentos de acesso à justiça, evidenciando a possibilidade de, por meio de uma ação coletiva, evitar-se centenas de ações individuais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 63 – Analise as assertivas abaixo sobre o que constitui o Compromisso ou Termo de Ajustamento de Conduta:

- I. Instrumento excepcional de solução extrajudicial de conflitos que envolvam direitos e interesses difusos e coletivos, estabelecido no art. 211 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 e no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, art. 113, que acrescentou o § 6º ao art. 5º da Lei da Ação Civil Pública, nº 7.347/1985.
- II. Instrumento somente cabível nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.
- III. Instrumento de solução de conflitos notadamente em áreas que envolvam o consumidor, o idoso, a criança e o adolescente, o meio ambiente.
- IV. Instrumento através do qual qualquer órgão público legitimado para o ajuizamento de Ação Civil Pública pode tomar compromisso para adequar/ajustar condutas às exigências legais, entre os quais se inclui a Defensoria Pública.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e IV.
- E) I, II, III e IV.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÃO 64 – Em relação à atuação da Defensoria Pública, analise as assertivas a seguir:

- I. O prazo para recurso contra sentença proferida em audiência de instrução e julgamento é de 15 (quinze) dias úteis a contar do ato processual, em dobro para a Defensoria Pública.
- II. A nomeação de advogado dativo em processo criminal sem a prévia notificação do acusado para constituir advogado contratado ou a Defensoria Pública constitui causa de nulidade processual.
- III. A Defensoria Pública tem legitimidade para intervir como *amicus curiae* em processos cíveis e requerer a instauração de incidente de resolução de demanda repetitiva.
- IV. A atuação do Defensor Público nas hipóteses legais de curadoria especial depende da aceitação pelo juiz competente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) Apenas II, III e IV.

QUESTÃO 65 – No tocante à Defensoria Pública, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O Defensor Público que pratique ato atentatório à dignidade da justiça fica sujeito às sanções estabelecidas no Código de Processo Civil e na respectiva legislação funcional.
- B) A Defensoria Pública não tem legitimidade ativa para dar início a processo de jurisdição voluntária.
- C) A atuação da Defensoria Pública em favor de pessoa hipossuficiente é instrumentalizada por procuração ou termo de patrocínio.
- D) O devedor de sentença transitada em julgado deve ser intimado por carta com aviso de recebimento para dar cumprimento à sentença quando estiver assistido pela Defensoria Pública.
- E) As reproduções digitalizadas de qualquer documento público ou particular quando juntadas aos autos pelos órgãos da Defensoria Pública e seus auxiliares constituem meio de prova quando certificada sua autenticidade.

QUESTÃO 66 – De acordo com Esteves e Silva (2017), “no Brasil, a justiça gratuita tem suas origens mais remotas fincadas nas Ordenações Filipinas, sancionadas em 1595 durante o domínio castelhano de Filipe I. Embora não tratasse da questão da gratuidade de maneira sistemática, as ordenações previam o direito à isenção de custas para a impetração de agravo (Livro III, Título LXXXIV, Parágrafo 10) e livravam os presos pobres do pagamento dos feitos em que fossem condenados (Livro I, Título XXIV, Parágrafo 43). De Portugal e com as mesmas Ordenações Filipinas, veio também a praxe do advogado patrocinar gratuitamente os miseráveis e os indefesos que procurassem o juízo tanto nas causas cíveis quanto nas criminais, revelando os primeiros traços da assistência judiciária no país. Em razão desse costume, estabelecia o Livro III, Título XX, Parágrafo 14 que o juiz deveria preferir, no momento da nomeação, o advogado de mais idade e de melhor fama ao mais moço e principiante, a fim de que não fosse mais perito o da parte contrária”. Analise as assertivas a seguir, considerando a atual configuração da assistência jurídica prevista na atual Constituição:

- I. A vertente extrajudicial da assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública permite a orientação, a realização de mediações, conciliações e arbitragem, entre outros serviços, evitando, muitas vezes, a propositura de ações judiciais.
- II. A proposta orçamentária anual encaminhada pelo Defensor Público-Geral não pode ser reduzida pelo Governador do Estado para ser encaminhada à Assembleia Legislativa se estiver de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. A lei estadual que atribui competência ao Governador de Estado de nomear ocupantes de cargos administrativos na estrutura de Defensoria Pública Estadual viola a autonomia administrativa da Defensoria Pública Estadual, normas gerais federais pelo exercício de competência legislativa concorrente.
- IV. A gratuidade de justiça, mas não a existência da Defensoria Pública, constitui norma densificadora de direito fundamental de acesso à justiça.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 67 – Assinale a alternativa correta sobre a organização da Defensoria Pública.

- A) A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública tem competência restrita à fiscalização da atividade funcional de Defensores Públicos.
- B) O Defensor Público é eleito para mandato de 4 (quatro) anos, sem recondução.
- C) As atribuições dos órgãos de execução da Defensoria Pública são fixadas pelo Defensor Público-Geral.
- D) A Ouvidoria-Geral é órgão da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.
- E) São funções institucionais dos Defensores Públicos atender às partes e aos interessados em horários prefixados, tomando as providências cabíveis.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 68 – Segundo Maciel (2014), “a colocação de criança e de adolescente em família substituta não foi inovação da Lei nº 8.069/1990, pois o Código de Menores (Lei nº 6.697/1979) já a estabelecia sob as modalidades de delegação do pátrio poder, guarda, tutela, adoção simples e adoção plena”. A Lei nº 8.069/1990 reduziu as situações, prevendo a guarda, tutela e adoção como formas de colocação em família substituta. Em relação à adoção, analise as assertivas a seguir:

- I. Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, deve prevalecer o melhor interesse da criança.
- II. A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- III. A criança ou adolescente adotado tem direito a conhecer sua origem biológica.
- IV. A Defensoria Pública, o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, aos quais incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento, terão acesso ao cadastro de adoção.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 69 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de crianças e adolescentes.
- B) A competência para processar e julgar processos que versem sobre direitos de crianças e adolescentes em unidade de acolhimento mantida por ente municipal é do juízo fazendário.
- C) A autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual.
- D) É dever do Estado assegurar a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 05 (cinco) anos de idade.
- E) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente, preferencialmente em repartição especializada.

QUESTÃO 70 – De acordo com o artigo 103 do ECA, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Sobre a prática de ato infracional e o respectivo processo de apuração e execução, analise as assertivas a seguir:

- I. A criança que pratica ato infracional fica sujeita tanto a medidas socioeducativas como medidas de proteção.
- II. O adolescente tem direito à defesa técnica no processo de apuração de ato infracional e pode renunciar à produção de prova na audiência de apresentação.
- III. O prazo para recurso da Defensoria Pública contra sentença prolatada em processo de apuração de ato infracional é de 15 (quinze) dias, contado em dobro.
- IV. Não se admite o cumprimento provisório de medida socioeducativa.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.